

Verbas para a saúde

A proposta orçamentária municipal para 2001, em tramitação na Câmara dos Vereadores, prevê uma redução de R\$ 455 milhões nas verbas solicitadas pela Secretaria da Saúde. Poderão ser investidos no setor R\$ 892,1 milhões, um total próximo ao empenhado em 1995, quando o Plano de Atendimento à Saúde (PAS) ainda nem tinha sido criado pelo ex-prefeito Paulo Maluf. O alto custo do gerenciamento da rede municipal de saúde pelas cooperativas do PAS provocou, em 1996, a elevação do orçamento da saúde para R\$ 1 bilhão e, nos últimos quatro anos, o Executivo empenhou outros R\$ 3 bilhões só para garantir a continuidade do sistema. Se a proposta orçamentária para o ano que vem for aprovada sem alterações, o governo de Marta Suplicy tem diante de si um duplo problema: não poderá ampliar ou melhorar a rede de atendimento e a dívida da Prefeitura com as cooperativas aumentará.

Os maiores cortes ocorreram nas verbas destinadas ao Hospital do Servidor Público Municipal, ao atual Sistema Integrado de Atendimento à Saúde (Sims) – o substituto do PAS –, aos contratos terceirizados, à frota de veículos e ao Centro de Controle de Zoonoses. Os cortes foram feitos justamente no momento em que deveria se acelerar o processo de municipalização da rede de saúde pública, como foi estabelecido no convênio firmado em abril entre Estado e Prefeitura.

Conforme o acordo, a administração municipal tem prazo de 60 meses para retomar o controle dos módulos de saúde, hoje nas mãos das coope-

rativas, e para assumir postos e hospitais do Estado. Com isso, a Prefeitura desmontaria o sistema criado por Maluf e atenderia às exigências do SUS, reconquistando o direito ao repasse de R\$ 200 milhões anuais do governo federal, suspenso desde a implantação do PAS. A condição para que haja o repasse é que a Prefeitura retome toda a rede e assuma integralmente a vigilância sanitária da cidade.

Para realizar essas mudanças, a Prefeitura precisará investir muito na recuperação da rede, já que, nos últimos anos, grande parte das verbas do setor se perdeu nos meandros da corrupção. O PAS ser-

viu na gestão Celso Pitta para financiar compras de produtos que nunca foram entregues, serviços superfaturados prestados por empresas fantasmas e

terceirizações ilegais.

Com recursos reduzidos, porém, a futura prefeita, Marta Suplicy, terá dificuldades para ampliar as atividades do Centro de Controle de Zoonoses, responsável pela vigilância sanitária, inclusive, pelo controle da dengue em São Paulo. Também não terá como reformar o Hospital do Servidor, adquirir novos equipamentos e aumentar o número de leitos. Verá ainda a dívida com as cooperativas, que hoje está em R\$ 8 milhões, aumentar consideravelmente, prejudicando as negociações para a retomada dos postos.

A Câmara Municipal precisa corrigir o “erro” cometido pela Secretaria de Finanças na elaboração do orçamento. Ou a população de São Paulo continuará sofrendo por tempo desnecessariamente longo os efeitos dos desgovernos.

Orçamento do ano que vem dificultará ação da Prefeitura no setor saúde